

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.976 - SP (2019/0144135-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ÓTICAS DINIZ
ADVOGADOS : EDUARDO ALVES FERNANDEZ - SP186051
RAFAELA ANDRADE SANTOS ALVES - SP361866
AGRAVADO : ADERALDO PINTO DOS SANTOS
ADVOGADO : MARYSTELLA CARVALHO FERREIRA - SP341071

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). COMPRA E VENDA. ÓCULOS DE GRAU COM LENTES MULTIFOCAIS. RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DA QUANTIA PAGA E DANOS MORAIS. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. NÃO COMPROVADO NA ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL, E, NESTA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ÓTICAS DINIZ em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

EMENTA: Compra e venda. Óculos de grau com lentes multifocais. Rescisão contratual c.c. devolução da quantia paga e danos morais. Sentença de procedência.

Reconhecimento de erros cometidos e de cancelamento da compra. Mensagens trocadas com preposto da fornecedora.

Comportamento contraditório ao afirmar falta de adequação do consumidor. Prova de excludente de responsabilidade e de saneamento do vício que é da ré. Compromisso de devolução do valor pago e necessidade de ajuizar demanda. Dano moral caracterizado pelas circunstâncias do caso. Quantum indenizatório fixado em R\$ 1.500,00. Proporcionalidade e razoabilidade. Majoração dos honorários. Art. 85, CPC.

Superior Tribunal de Justiça

Recurso não provido, com observação.

A sentença está devidamente fundamentada, não se vislumbrando violação aos artigos 93, IX, da CF e o art. 489, § 1º, do CPC/15, na medida em que o juiz, na entrega da prestação jurisdicional, abordou as questões essenciais e expressou os fundamentos de sua convicção, atendendo ao comando do art. 93, IX, da Constituição Federal.

Há prova acerca do reconhecimento da fornecedora quanto ao erro cometido e assumida a devolução do valor, portanto, descabida a afirmação de mero problema de adaptação, sendo o comportamento contraditório. A compra dos óculos ocorreu em 05.2017 tendo o autor reclamado, sendo então submetido a análise, culminando com reconhecimento de erro e apontada a solução de cancelamento pela fornecedora, após um período de sete meses. A prova revela que não houve saneamento do vício no prazo legal de trinta dias, sem prova de excludente de responsabilidade (de que o defeito inexistia ou culpa do consumidor), valendo ainda apontar que a fornecedora assumiu o problema.

Houve, por certo, privação do consumidor na utilização do bem essencial, com solicitação de conserto sem solução, obrigando-o, ainda, a recorrer ao Judiciário para a devolução do dinheiro, o que causou evidentes transtornos que ultrapassam limites de mero incômodo ou aborrecimento, fazendo jus à indenização por danos morais.

A quantificação dos danos morais observa o princípio da lógica do razoável. Deve a indenização ser proporcional ao dano e compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade, a capacidade econômica da causadora dos danos e as condições sociais do ofendido.

Bem por isso, a fixação da r. sentença é mantida em R\$ 1.500,00 por se revelar condizente com esses parâmetros. (e-STJ fl. 152)

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 201-206), os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 207-209).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 212-251), a recorrente aponta violação aos artigos 1.022, 489 e 10, do Código de Processo Civil de 2015, ao artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor e ainda aos artigos 927 e 944, do Código Civil.

Sustenta, essencialmente, que (i) "a Corte Regional não analisou de forma

Superior Tribunal de Justiça

adequada as proposições jurídicas lançadas nos embargos de declaração, mormente ao fato que eventuais erros cometidos não anulam o fato que a recorrente prestou o serviço contratado" (e-STJ, fl. 232); (ii) "o decisum colegiado ora questionado não atende ao comando constitucional, porquanto não apresenta de forma mínima os fundamentos que ensejaram a negativa de provimento do apelo interposto pelo recorrente." (e-STJ, fl. 234); e que (iii) "a recorrente não pode ser responsabilizada pela ausência de adaptação de lentes multifocais pelo recorrido." (e-STJ fl. 241).

A recorrida deixou de apresentar as contrarrazões (e-STJ, fl. 256).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 257-259), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

No que tange à alegação de violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, a jurisprudência pacífica desta Casa dispõe que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RENDA MENSAL INICIAL. REVISÃO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. FONTE DE CUSTEIO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 289/STJ. INAPLICABILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

RESERVA DE POUPANÇA. RESGATE. NÃO OCORRÊNCIA. VÍNCULO CONTRATUAL. MANUTENÇÃO. NORMA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. INADMISSIBILIDADE.

1. A Segunda Seção deste Tribunal Superior firmou o entendimento de que a Súmula nº 289/STJ aplica-se somente nos casos em que há o desligamento (rompimento definitivo do vínculo contratual) do participante com a entidade de previdência privada, a exemplo do resgate da reserva de poupança, ou seja, não incide nas hipóteses de permanência do assistido na mesma entidade, como se dá no recebimento da aposentadoria complementar ou na migração de planos de benefícios.

2. Não é admissível a revisão da renda mensal inicial dos proventos da aposentadoria suplementar para fazer incidir os expurgos inflacionários no lugar dos índices de atualização pactuados, sobretudo se forem idôneos, em virtude da ausência de fonte de custeio e de previsão nos cálculos atuariais para a formação da reserva garantidora.

3. É possível, com base na Súmula nº 168/STJ, inadmitir embargos de divergência quando a jurisprudência desta Corte estiver no mesmo sentido do acórdão embargado.

4. **Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.**

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EREsp 1082463/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 18/12/2018, DJe 01/02/2019)

Com efeito, em relação às alegações de que o Tribunal *a quo* careceu de fundamentação quanto à alegação de que eventuais erros cometidos não anulam o fato que a recorrente prestou o serviço contratado, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir obscuridade ou omissão no acórdão embargado.

Constata-se da leitura do acórdão que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto pelo apelante, manifesta-se de forma clara quanto ao fundamento de que o juiz, ao analisar o conjunto fático probatório, constatou que

Superior Tribunal de Justiça

houve falha na prestação do serviço contratado, ensejando então a responsabilidade da recorrente.

A controvérsia restou decidida nos seguintes termos, *in verbis*:

"Segundo a alegação da apelante, a sentença foi omissa quanto à excludente de responsabilidade, afirmando que foi o autor quem não se adaptou à lente, bem como afirma que não foi apreciado o pleito de retenção de 20% do valor pelo serviço prestado. Ora, se a sentença fez constar a conversa entre as partes na qual o cancelamento foi proposto pela fornecedora, sem condicionantes, bem como foram assumidos os erros, é evidentemente incontroverso o fato. Nestes moldes, a sentença está devidamente fundamentada, não se vislumbrando violação aos artigos 93, IX, da CF e o art. 489, § 1º, do CPC/15, na medida em que o juiz, na entrega da prestação jurisdicional, abordou as questões essenciais e expressou os fundamentos de sua convicção, atendendo ao comando do art. 93, IX, da Constituição Federal."
(e-STJ fl. 154)

Destarte, constata-se que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto, demonstrou de forma clara que a controvérsia foi devidamente examinada, ainda que em sentido contrário ao pretendido pela recorrente. Assim sendo, a questão fora apreciada, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional.

A respeito da alegação de ausência de responsabilidade e inexistência de ilícito que justifique o dever de indenizar, não há como ser atendida a pretensão da recorrente.

Rever o entendimento da Corte *a quo*, a qual consignou que, diante da realidade fática apresentada nos autos, evidenciou-se a responsabilidade da recorrente pelos danos sofridos pelo agravado e a configuração de danos morais, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA DEMANDADA.

1. O Tribunal local, ao concluir pela ocorrência de ato ilícito ensejador do dever de indenizar, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal exige o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

2. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível na hipótese de o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não configurada uma dessas hipóteses, inviável reexaminar o valor fixado a título de indenização, uma vez que tal análise demanda incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. O Tribunal local considerou válida a cláusula de tolerância de 180 dias, nos termos da jurisprudência desta Corte, porém concluiu que tal prazo não foi cumprido pela construtora. Alterar tal conclusão demandaria reexame de provas, providência vedada pela Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1692891/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019)

Por derradeiro, tendo em vista a aplicação de verba honorária em seu percentual máximo pelo Tribunal de origem, tem-se como inaplicável a regra do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial, e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator